

A. I. N.º - 269114.0920/06-7
AUTUADO - CERQUEIRAIRMÃO CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - CARLOS RAIMUNDO DA SILVA PEREIRA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 12/05/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0129-03/08

EMENTA: **ICMS. 1.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Autuado elidiu parcialmente o débito tributário imputado. Refeitos os cálculos sendo reduzido o valor da infração. Infração parcialmente subsistente. **2.** SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Autuado não elidiu a exigência fiscal. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 29/09/2006, reclama ICMS no valor de R\$3.416,08, com aplicação da multa de 50%, pelas seguintes irregularidades:

Infração 01: Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado (antecipação parcial). Total do débito: R\$2.066,08.

Infração 02: Recolheu a menos o ICMS, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado do ICMS (SIMBAHIA). Total do débito: R\$1.350,00.

Inconformado, o autuado apresenta impugnação, tempestivamente (fls. 46/48), dizendo que se trata de empresa dedicada ao ramo de confecções e complementos desde 22/11/1985, tendo boa reputação no mercado. Reproduz as infrações imputadas, afirmando que o valor indicado no dia 30/11/2004, relativo à nota fiscal de nº 97, o cálculo foi elaborado tomando como base R\$9.216,42, sendo que o valor correto da referida nota fiscal é de R\$1.417,50. Entende que o montante a recolher deveria ser de R\$70,70, e que está acostando demonstrativo aos autos para comprovar sua alegação. Aduz que o valor indicado de R\$109,00, correspondente à nota fiscal de nº 65.668, está incorreto, sendo devido o montante de R\$54,50, em razão de o autuante ter desconsiderado o valor já recolhido de R\$54,50. Ressalta que o valor encontrado na planilha de antecipação parcial item 3 com relação à nota fiscal nº 97 no valor de R\$1.417,50 o autuante repetiu no subtotal um valor de R\$9.216,42 de forma equivocada, gerando uma tributação a maior. Finaliza, requerendo a correção do Auto de Infração, isentando-o de qualquer multa ou outra penalidade, devendo ser transformada em advertência, ou que seja reduzida ao mínimo possível.

O autuante, por sua vez, apresenta informação fiscal à folha 54, dizendo que reconhece o erro no lançamento da nota fiscal de nº 97 de 30/11/2004, no campo subtotal, e que os cálculos foram refeitos, sendo o valor correto de R\$913,09, e que esta retificação equaciona os equívocos apontados pelo autuado com relação aos itens 01 e 03. Quanto ao item 02 da defesa, sustenta que

o contribuinte não apresentou o documento de arrecadação correspondente à nota fiscal de nº 65.668 de 07/12/2004, e, por isso, não pode retificar a autuação. Conclui, mantendo integralmente a autuação com as devidas correções.

A DAT-METRO, intimou o autuado para manifestar-se sobre o teor da informação fiscal, concedendo-lhe o prazo de 10 dias (fl. 60). Decorrido o prazo concedido, o autuado não se manifestou.

Consta às folhas 63/66, Requerimento de Parcelamento de Débito, no valor de R\$2.753,18, e Autorização para Débito em Conta Corrente, devidamente atestados pelo impugnante, como também Extrato do Sistema Sigat às folhas 68/69.

VOTO

O Auto de Infração, em lide, reclama ICMS pela falta de recolhimento por antecipação parcial e recolhimento a menos, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado do ICMS (SIMBAHIA).

Da análise das peças processuais, quanto à infração 01, constato que assiste razão ao autuado no seu protesto relativo à nota fiscal de nº 97, eis que cotejando o demonstrativo elaborado pelo autuante à folha 10, com a cópia da referida nota fiscal à folha 21, observo que o cálculo da fiscalização computou o montante de R\$9.216,42, como base de cálculo para a exigência do imposto a título de antecipação parcial, sendo que o valor correto é de R\$1.417,50. Verifico, ainda, que o autuante elaborou novo demonstrativo à folha 55, acatando os argumentos defensivos relativos à este documento fiscal.

Com relação à nota fiscal de nº 65.668 (fl. 17), o impugnante diz que recolheu parte do valor devido por antecipação parcial. Não acolho tal argumento defensivo, eis que o autuado não acostou ao processo as provas da sua alegação, nos termos do artigo 123 do RPAF-BA.

Por conseguinte, mantenho parcialmente procedente a infração 01, devendo ser reduzido o débito de R\$2.066,08 para R\$1.403,18, conforme demonstrativo à folha 55, e quadro abaixo:

Data ocorr	Data vencto	Imposto
30/11/2004	09/12/2004	913,09
31/12/2004	09/01/2005	490,09
TOTAL	-	1.403,18

Quanto à infração 02, observo que o autuado não contestou esta imputação fiscal, portanto considero procedente a infração não impugnada por inexistência de controvérsias.

Concluo, pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 269114.0920/06-7, lavrado contra **CERQUEIRAIRMÃO CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto o valor de **R\$2.753,18**, acrescido da multa de 50%, prevista no artigo 42, inciso I, alínea “b”, item 1 e item 3, da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2008.

ARIVALDO SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADOR